

Sábado, 27 de Junho de 2026

Benefícios previdenciários

TALISSA NUNES

Talissa Nunes

O acesso aos benefícios previdenciários é um direito garantido pela Constituição Federal. No entanto, nem sempre esse acesso ocorre de maneira simples e eficiente. Em muitos casos, o cidadão enfrenta negativas ou atrasos no reconhecimento de seus direitos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). É nesse contexto que surge a necessidade da judicialização dos benefícios previdenciários.

Mas afinal, quando é o momento certo para procurar a Justiça?

A judicialização deve ser considerada em situações específicas tais como a negativa de concessão do benefício, quando o INSS nega o pedido de aposentadoria, auxílio-doença, pensão por morte, ou qualquer outro benefício previdenciário, mesmo que o segurado cumpra os requisitos legais.

Se houver erro no cálculo do benefício, caso o INSS tenha concedido o benefício, mas o valor pago esteja incorreto, o cidadão pode recorrer à Justiça para buscar a correção.

Outro fator é a demora excessiva na resposta. A legislação brasileira prevê um prazo de até 90 dias para o INSS responder a pedidos administrativos. Caso esse prazo seja descumprido, cabe buscar judicialmente a resolução.

Quanto a revisão de benefício, pode ocorrer quando o segurado identifica erros no cálculo do benefício já concedido ou mudanças na legislação que podem impactar o valor recebido.

Ou quando houver situações envolvendo o reconhecimento de tempo de serviço especial (por exposição a agentes nocivos) ou tempo rural são frequentemente judicializadas devido à complexidade dos critérios do INSS.

Quais os passos antes de judicializar?

Antes de entrar com uma ação judicial, é recomendável avaliar a negativa administrativa. Certifique-se de que o pedido foi devidamente analisado e que todos os documentos foram apresentados.

Importante consultar um advogado especialista em direito previdenciário, que poderá avaliar o caso, apontar as melhores estratégias e aumentar as chances de sucesso na ação.

Outro fator extremamente importante é reunir documentos comprobatórios, como certidões, laudos médicos, contracheques e demais provas que são essenciais para fundamentar a ação judicial.

Por que a Judicialização é Importante?

Em muitos casos, recorrer à Justiça é a única forma de garantir que o segurado tenha acesso ao benefício que é seu direito. O Poder Judiciário tem sido um grande aliado dos segurados, corrigindo injustiças e assegurando que a legislação previdenciária seja aplicada corretamente.

Além disso, a judicialização desempenha um papel fundamental no aperfeiçoamento do sistema previdenciário, ao pressionar o INSS a melhorar seus processos e decisões.

A judicialização dos benefícios previdenciários, embora nem sempre seja o caminho mais rápido, é uma ferramenta eficaz para garantir o cumprimento dos direitos dos segurados. Se você enfrenta dificuldades com o INSS, procure orientação de um advogado especialista em Direito Previdenciário.

Lembre-se: a informação é o primeiro passo para fazer valer os seus direitos.

Talissa Nunes é advogada especialista em Direito Previdenciário em Cuiabá (MT).